

SUMÁRIO  
EXECUTIVO  
DE PESQUISA

# MESMO QUE ME NEGUE SOU PARTE DE VOCÊ

RACIALIDADE,  
TERRITORIALIDADE  
E (R)EXISTÊNCIA  
EM SALVADOR

**SALVADOR**  
**2021**

## **EXPEDIENTE**

### **REALIZAÇÃO**

Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas

### **APOIO**

Instituto Ibirapitanga

### **COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

Ana Míria Carinhanha

### **PESQUISADORES/ES**

Luciene Santana  
Vitor Marques

### **REDAÇÃO PESQUISA**

Ana Míria Carinhanha  
Gabriela Ramos,  
Vitor Marques  
Luciene Santana

### **REDAÇÃO SUMÁRIO EXECUTIVO**

Adriele do Carmo

### **REVISÃO**

Adriele do Carmo  
Letícia Vieira

### **CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Tomaz Alencar

## **INICIATIVA NEGRA 2021**

### **COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

Nathália Oliveira  
Dudu Ribeiro

### **GESTÃO**

Ana Carolina Santos (coordenação)  
Aline Rocha  
Dandara Sousa

### **PESQUISA**

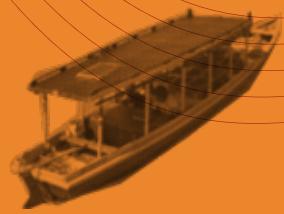
Ana Míria Carinhanha (coordenação)  
Amanda Caroline Rodrigues  
Luciene Santana  
Vitor Marques

### **ARTICULAÇÃO POLÍTICA**

Jade Christinne da Costa (coordenação)  
Belle Damasceno  
Lays Cristina Araújo

### **COMUNICAÇÃO**

Letícia Vieira (coordenação)  
Adriele do Carmo  
Thais Regina Oliveira  
Thiago Freire



REALIZAÇÃO  
**INICIATIVA<sup>®</sup>**  
POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS

APOIO IBIRAPITANGA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos pelas contribuições para a construção do presente projeto:

À Rede de Observatórios da Segurança, pela parceria na coleta de dados e confiança no compartilhamento de projetos.

À Gabriela Ramos pela brilhante contribuição para a escrita do relatório de pesquisa;

A Gabriel Rocha Brandão Ferreira pela generosidade no compartilhamento de informações para o acesso de dados;

A todas as pessoas que se prontificaram a compartilhar suas experiências, relatos de vida pessoal e inquietações por uma cidade mais inclusiva.

Agradecemos por toda confiança e generosidade.

# **MESMO QUE ME NEGUE SOU PARTE DE VOCÊ**

**RACIALIDADE, TERRITORIALIDADE E (R)EXISTÊNCIA EM SALVADOR**

INTRODUÇÃO	5
METODOLOGIA	7
O QUE AS NOTÍCIAS NOS INFORMAM SOBRE A VIOLENCIA EM SALVADOR?	9
"EU SOU PARTE DE VOCÊ, MESMO QUE VOCÊ ME NEGUE": GENOCÍDIO E CRIMINALIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS NEGROS COMO EXPEDIENTES DE NEGAÇÃO AO DIREITO À CIDADE DE SALVADOR	12
OS DITOS E NÃO-DITOS	17
O QUE DIZEM AS ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
RECOMENDAÇÕES	24
REFERÊNCIAS	26



# INTRODUÇÃO



Não é de hoje que organizações e personalidades negras têm denunciado o conjunto de violências e negações enfrentadas por pessoas negras na Bahia e no Brasil. Com mais de 80% da população composta por pessoas negras (autodeclaradas pardas e/ou pretas), Salvador não se difere de outras capitais, tendo uma enorme discrepância no Índice de Desenvolvimento Humano (renda, longevidade e educação) entre a população branca e negra.

Segundo o Atlas Brasileiro do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados informados no último Censo IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Salvador é de 0,759. Quando esse número é desagregado por raça, o IDHM da população branca é de 0,841 e da população negra 0,737. Esta disparidade é perceptível em diversas áreas. No quesito Educação, a população autodeclarada branca tem o IDHM de 0,787, enquanto a negra de 0,664; no quesito Renda, pessoas brancas tem o IDHM de 0,888 e pessoas negras de 0,725.

Diante desta realidade, a **Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas**<sup>1</sup>, organização da sociedade civil que atua, desde 2015, na construção de uma agenda de justiça racial e econômica por meio de uma atuação conjunta com outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais, considerando como central a promoção de ações de advocacy em direitos humanos e reformas na política sobre drogas, vêm realizando intervenções nos campos da articulação política, produção de conhecimento e comunicação com foco nas agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental, visando fortalecer, com isto, a democracia brasileira.

Como parte do esforço de produção de leituras críticas e contextualizadas acerca das dinâmicas de controle social, que impactam a vida negra no cotidiano das cidades brasileiras, a Iniciativa Negra realizou a pesquisa **Mesmo que me negue sou parte de você: Racialidade, territorialidade e (r)existência em Salvador**, sendo esta mais uma contribuição ao conjunto de esforços intelectuais e políticos em torno da denúncia, visibilização e resistência coletiva e propositividade acerca da pauta da segurança pública no estado da Bahia.

A pesquisa teve por objetivos: identificar a partir de webjornais quais são os bairros com mais notícias de violência em Salvador; solicitar e analisar pedidos de acesso à informação sobre investimentos e programas municipais; observar a distribuição de instrumentos de saúde, cultura e educação no território da cidade e estabelecer evidências de vulnerabilidade social.

---

1. Para mais informações, acesse o site da Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas. Disponível em [iniciativanegra.org.br/apresentacao](http://iniciativanegra.org.br/apresentacao).



# METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, o estudo utilizou metodologias de pesquisa qualitativas e quantitativas. Foram feitas **coletas de dados em parceria com a Rede de Observatórios da Segurança; pedidos de dados via Lei de Acesso à Informação (LAI); coleta de dados abertos e consulta a relatórios oficiais; e entrevistas a lideranças dos bairros.**

A pesquisa concentrou sua análise na identificação dos bairros com mais notícias de eventos violentos na cidade de Salvador através do banco de dados do Monitoramento da Violência realizado pela Rede de Observatórios da Segurança, uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil. A metodologia se dá a partir do levantamento de notícias publicadas pela mídia e qualificando-as para fins de análise e comparação com dados abertos das instituições públicas de segurança e outras áreas de gestão governamental.

Utilizando a Lei de Acesso à informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011, foi feito o encaminhamento de demandas para 09 instituições municipais: Guarda Civil Municipal de Salvador; Secretaria Municipal de Ordem Pública; Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer;

Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza; Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo. Destas, apenas a Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer responderam satisfatoriamente. Diante das negativas apresentadas pelas secretarias e pelos pedidos de flexibilização de prazo realizados pela Prefeitura de Salvador para a emissão das respostas solicitadas, avaliamos a necessidade de reorganização nas metodologias adotadas na aplicação da pesquisa.

As solicitações que foram respondidas não apresentaram os desmembramentos dos dados por bairros ou pelo menos por região administrativa, conforme a divisão da cidade em prefeituras-bairro. No que diz respeito aos fatores socioeconômicos, as poucas respostas também não apresentaram qualquer dado referente à raça/cor. Na pesquisa, foram realizadas 13 entrevistas, entre os dias 13 de maio e 9 de setembro de 2020, sendo 4 colaboradores homens e 9 mulheres. As pessoas entrevistadas residem nos bairros ou atuam diretamente em associações, movimentos sociais, coletivos na cidade, sendo reconhecidas como lideranças nas localidades onde aparecem de forma mais recorrente notícias sobre violência. Através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, a Iniciativa Negra assumiu o compromisso sobre o uso das informações colhidas e a responsabilidade pelo sigilo delas, visando manter o anonimato e respeitando as decisões dos participantes.

Dada a grande variedade de divisões territoriais da cidade de Salvador, empregadas pelos diferentes setores do Poder Público, optamos por destacar nesta pesquisa a espacialização utilizada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP/BA, que faz a gerência espacial dos bairros/territórios por meio das Áreas Integradas de Segurança Pública – AISPs. Os demais dados levantados, não compartimentados no gerenciamento espacial da SSP, foram tabulados separadamente.

# O QUE AS NOTÍCIAS NOS INFORMAM SOBRE A VIOLENCIA EM SALVADOR?



Uma das fontes para a pesquisa foram os eventos monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança<sup>2</sup>, entidade da sociedade civil que busca monitorar as informações sobre Segurança Pública. Entre junho de 2019 e maio de 2020, a Rede fez o levantamento de atos de violência e ações de segurança pública noticiadas, que se materializou no documento intitulado *Racismo, o motor da violência*<sup>3</sup>. Como desdobramento dessa primeira análise é que a presente pesquisa coletou e estendeu o levantamento dos dados até fevereiro de 2021, a fim de delinear uma cartografia da violência na cidade de Salvador, o que resultou no levantamento quantitativo de 3.040 eventos de violência, excluídos os casos cujas localidades não foram identificadas.

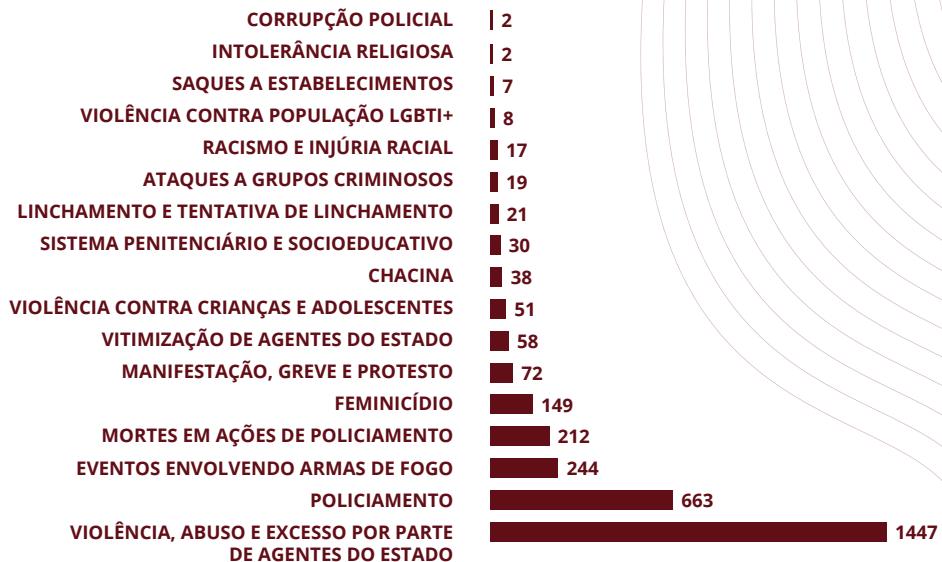
Quase 50% dos eventos violentos apontados em webjornais diziam respeito ao indicador “violência, abuso e excesso por parte de agentes do Estado”, cujo total foi de 1.447 eventos. Embora preocupante, esse tipo de indicador não aparece nos dados oficiais disponibilizados pela SSP/BA, onde os referenciais valorados como mais relevantes para a política de segurança pública elencam, em geral, os delitos contra à vida, ao patrimônio e o uso/porte de substâncias entorpecentes.

Compilados em documentos que separam as ocorrências contra o pa-

2. Durante o processo de coleta de dados, a Rede de Observatórios da Segurança era composta por representações nos seguintes estados: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), no Rio de Janeiro; Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas, na Bahia; Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Ceará; Gabia(NEV/USP), de São Paulo. A partir de setembro de 2021, passaram a integrar a organização: a Rede de Estudos Periférico (REP), do Maranhão, e o Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), do Piauí.

3. Para conferir na íntegra, acesse: [observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf](http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf)

## EVENTOS DE VIOLENCIA MONITORADOS NA MÍDIA (JUN. 2019 - FEV. 2021)



*Fonte: Rede de Observatórios da Segurança | Mesmo que me negue sou parte de você (2021).  
(N) = Soma das ocorrências que estão na tabela.*

trimônio e referentes ao uso/porte de substâncias entorpecentes, não aparecem os delitos relacionados ao tráfico de drogas, havendo predominância dos registros de delitos relacionados à vida, integridade física e patrimoniais (furtos e roubos). Já os eventos relacionados às violências, abusos e excessos cometidos por agentes do Estado, que se destacaram no monitoramento das notícias, não são apresentados pela SSP/BA. A divulgação apenas dos “principais delitos”, além da demonstração das escolhas político-administrativas em torno da gestão da política de segurança pública, constitui também um dos exemplos da falta de transparência e dificuldade de compreensão/exploração dos dados oficiais sobre a segurança na Bahia.

Segundo os dados coletados pela Rede de Observatórios, entre junho de 2019 e agosto de 2020, os bairros que foram mais noticiados sendo vinculados a violência foram: São Cristovão (98), Mata Escura (80), Sussuarana (67), Itapuã (66), Lobato (48), Pernambués (44), Brotas (45), Nordeste de Amaralina (42), Cabula (42) e Pituba (39).

Considerando os poucos bairros da cidade que possuem entre seus habitantes majoritariamente pessoas brancas, nenhum desses aparece de forma significativa no monitoramento das notícias. Conforme os dados abertos da SSP/BA (BAHIA, 2020), o bairro da Pituba

aparece com alto índice de apreensão de uso/porte de entorpecentes e nem por isso a ele é atribuído o estigma de localidade violenta. Durante a coleta de dados das notícias relacionadas a eventos violentos, há apenas 48 registros de eventos violentos monitorados, fazendo supor que não acontecem violências nos condomínios fechados, notadamente os de classes mais abastadas. A cobertura de algumas redes de comunicação distingue, sem dar nomes, os territórios criminalizados dos territórios intocáveis.

A reverberação desses discursos nos grandes canais de mídia, controlados por poucos grupos privados de comunicação, ampliam a estereotipação e violência institucional nesses territórios historicamente empobrecidos e vigiados pela ação do Estado. No que se refere às notícias, cotidianamente as imagens de pessoas negras são expostas e associadas à criminalidade, sem qualquer preservação do seu direito fundamental à imagem, enquanto a exposição de pessoas brancas na condição de autoras de delitos é inexpressiva e quando acontece, normalmente vem cercada por cuidados não são direcionados aos demais.

Ainda com relação ao papel das mídias, o monitoramento da Rede de Observatórios identificou que a cobertura midiática privilegiou noticiar ações de patrulhamento policial, **sendo 801 ações de policiamento e 212 de operações policiais**. Apesar da atenção direcionada a esse tipo de atuação policial, muito pouco é falado sobre os efeitos letais dessas incursões nos territórios selecionados para suportar o peso da violência do Estado.

Segundo dados do Monitor da Violência<sup>4</sup>, em 2019, no Brasil, 5.829 pessoas foram mortas por policiais (civis e militares na ativa) e cerca de 180 policiais foram assassinados em serviço. **Em 2020, segundo a mesma fonte, o número de pessoas mortas por policiais em nosso país foi de 5.660 pessoas - representando uma queda de 3% em relação a 2019 - , enquanto cerca de 198 policiais foram assassinados** – uma alta de 10% em relação ao ano anterior.

Dentre os estados com maiores índices de letalidade policial (morte de civis por policiais), a Bahia ocupou em 2020 a terceira posição, com 7,6 pessoas assassinadas a cada 100 mil habitantes.

---

4. Projeto organizado pelo Portal G1 Notícias em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP – NEV/USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP para analisar e debater sobre os indicadores de violência no país, criando espaços de diálogo acadêmico e jornalístico que apontem caminhos para combatê-la.

# "EU SOU PARTE DE VOCÊ, MESMO QUE VOCÊ ME NEGUE"<sup>5</sup>:

## GENOCÍDIO E CRIMINALIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS NEGROS COMO EXPEDIENTES DE NEGAÇÃO AO DIREITO À CIDADE DE SALVADOR

A política de drogas no Brasil, baseadas na Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006) e, mais recentemente, no apelidado Pacote Anticrime (Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019), é denominada “guerra às drogas”, em verdade, guerra contra determinadas pessoas e territórios. É importante ressaltar que, se fosse realmente uma empreitada de combate ao comércio e consumo de substâncias psicoativas ilegais, esse enfrentamento não seria feito diretamente nas comunidades em que a sua distribuição é feita de forma varejista, e sim nos grandes centros de produção, distribuição e administração.

A política de drogas, a partir da criminalização, foi uma criação, não só aqui no Brasil, como em outros países, sobretudo para o controle dos corpos negros. Em alguns países, como nos Estados Unidos, houve, inclusive, a inserção de determinadas drogas que tinham maior poder de letalidade, de provocar dependência - em comunidades negras, justamente para aniquilá-las - tanto pelo uso exacerbado, pelo uso abusivo, quanto para também colocá-las diretamente em conflito com a lei, que é sinônimo de conflito com o Estado. Desta forma, a política de drogas é parte crucial do projeto de genocídio no

---

5. Trecho da canção *Alegria da Cidade*, composta por Jorge Portugal e Lazzo Matumbi, e notoriamente conhecida pela interpretação deste último.

Brasil, sendo usada como justificativa para criminalização e extermínio de pessoas e territórios negros.

Em Salvador, um episódio marcante tornou mais visível a discussão sobre o genocídio da população negra no país recentemente: a *Chacina do Cabula*. Ocorrida em 06 de fevereiro de 2015, na localidade de Vila Moisés, no bairro do Cabula, 12 (doze) jovens, entre 15 e 28 anos, foram assassinados e 06 (seis) ficaram gravemente feridos em decorrência de tiros disparados por policiais militares. Por pressão de familiares e do movimento negro, este caso foi tornado emblemático ao denunciar a articulação do mecanismo de genocídio imposto contra a população negra com os discursos-práticas de legitimação da atuação policial no chamado "combate à criminalidade". Embora tenha repercutido até mesmo internacionalmente, essa não é a regra quando se trata de visibilização da violência letal que acontece na cidade.

#### PRINCIPAIS DELITOS OCORRIDOS NA CIDADE DE SALVADOR (JAN. - DEZ. 2020)



Fonte: Iniciativa Negra | Mesmo que me negue sou parte de você (2021), com base no levantamento de registros de ocorrência do ano de 2020 compilados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (2020).

Através dos dados coletados pelo Monitoramento da Violência da Rede de Observatórios da Segurança, destacamos cinco indicadores para refletir a espacialização das dinâmicas de violência na cidade de Salvador: **ações de policiamento; mortes em ações de policiamento; violências, abusos e excessos pelo Estado; linchamento e chacinas**. Considerando o somatório destes indicadores, os 10 (dez) bairros com maior número de eventos violentos foram: São Cristóvão, Sussuarana, Itapuã, Mata Escura, Nordeste de Amaralina; Lobato; Pernambués; Pituba; Boca do Rio e Brotas. Conforme a tabela a seguir:

## REGISTROS DE EVENTOS VIOLENTOS POR BAIRROS MAIS MENCIONADOS NO MONITORAMENTO DA VIOLENCIA (JUN. 2019 - FEV.2021)

ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISP*	BAIRROS**	NÚMERO TOTAL DE EVENTOS VIOLENTOS***
Itapuã	São Cristovão	118
Tancredo Neves	Sussuarana	71
Itapuã	Itapuã	62
Tancredo Neves	Mata Escura	60
Nordeste de Amaralina	Nordeste de Amaralina	58
Periperi	Lobato	50
Tancredo Neves	Pernambués	50
Pituba	Pituba	45
Boca do Rio	Boca do Rio	38
Brotas	Brotas	37

Fonte: *Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas | Mesmo que me negue sou parte de você* (2021), com base nos eventos de violência monitorados em notícias da mídia entre junho de 2019 e fevereiro de 2021 pela Rede de Observatórios de Segurança.

\* Áreas Integradas de Segurança Pública dos bairros apontados pelo monitoramento.

\*\* Bairros com maior número de eventos violentos considerando os cinco indicadores destacados nesta pesquisa.

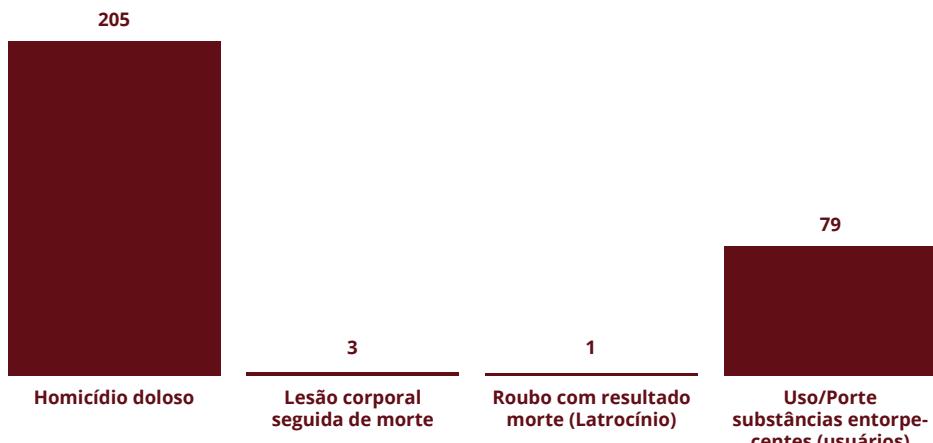
\*\*\* Somatória dos eventos violentos registrados em cinco indicadores destacados por esta pesquisa: ações de policiamento; mortes em ações de policiamento; violências, abusos e excessos pelo Estado; linchamento e chacinas.

Apesar dos dados apontados anteriormente, reitera-se que precisamos ficar atentos ao papel desempenhado pelas mídias hegemônicas, no que tange ao processo de espetacularização de estigmas, vigilância e controle através da incidência jornalística relacionada à violência incidente em territórios negros.

Embora a Secretaria de Segurança Pública – SSP/BA não publicize os dados de ocorrências desagregados por bairros da cidade de Salvador, mas tão somente pelo número total de registros de ocorrências em unidades policiais reunidas nas AISPs, foi feita uma análise comparativa entre os registros de ocorrências de uso/porte de substâncias entorpecentes (usuários) e os chamados Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI's (reunião dos delitos: homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de

morte – latrocínio) por cada AISPs, considerando a própria organização espacial dos bairros da cidade realizada pela SSP/BA.

### REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DE VIOLENCIA NA AISP 5 - PERIPERI (JAN. - DEZ. 2020)



### REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DE VIOLENCIA NA AISP 14 - BARRA (JAN. - DEZ. 2020)



Fonte dos gráficos: Iniciativa Negra | Mesmo que me negue sou parte de você (2021), referente a Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's) e Uso/Porte de Substâncias Entorpecentes (Usuários), registrados na cidade de Salvador entre janeiro e dezembro de 2020, produzido pela SSP/BA.

Nos bairros reunidos em AISPs majoritariamente ocupadas pela população negra, como a AISP 05 - Periperi, que reúne os bairros da região popularmente conhecida como Subúrbio Ferroviário, o número de CVLI's é superior aos registros de uso/porte de substâncias entorpecentes. Foram 209 registros de Crimes Violentos Letais Intencionais e 79 de uso/porte de substâncias entorpecentes. Diferentemente, a AISP 14 - Barra, que reúne os bairros da Barra, Graça, Vitória, majoritariamente brancos, que apresentou 27 registros de uso/porte de substâncias entorpecentes e nenhum registro de CVLI's.

Uma outra possibilidade comparativa é a AISP 01 – Barris, que reúne 12 (doze) bairros da região conhecida como “Centro da cidade”, onde

a incidência de serviços públicos e proximidade de órgãos e secretarias municipais é mais forte. Embora tenha registrado 151 registros de uso/porte de substâncias entorpecentes, registrou 33 CVLI's. Na contramão, a AISP 11 – Tancredo Neves registrou 176 CVLI's e 49 ocorrências de uso/porte de substâncias entorpecentes.

Ou seja, nas AISPs compostas majoritariamente por pessoas brancas, o número de homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte e roubos seguidos de morte é bastante baixo, senão nulo. Todavia, o número de registros de ocorrências relacionadas a uso/porte de substâncias entorpecentes é expressivo em comparação às demais AISPs, fato este que não recebe a mesma exposição espacializada em meios hegemônicos de comunicação.

A presença da polícia é meio de promoção ou acirramento da violência, a exemplo das localidades em que foram instaladas as chamadas Bases Comunitárias. Exemplo disso é que, conforme os dados abertos da SSP/BA, a Pituba aparece com altos índices de registros de uso/porte de substâncias entorpecentes e nenhuma morte violenta. Enquanto o Nordeste de Amaralina, local em que há uma Base Comunitária instalada pela SSP/BA, aparece com menor número quanto a registros de uso/porte de substâncias entorpecentes e maiores números de mortes violentas.

No âmbito municipal, a Iniciativa Negra buscou dados junto à prefeitura via pedidos embasados na LAI e não obteve respostas satisfatórias. A ausência e/ou insuficiência desses dados é, em si, uma resposta que informa a negligência com as políticas públicas municipais voltadas para os temas mencionados, porque dados não são meras informações e sim possibilidade de maior controle social, base para análise/diagnóstico acerca da dinâmica da cidade, estudo e aprimoramento das próprias políticas e efetivação de direitos.

A Guarda Municipal de Salvador, a despeito dos limites constitucionais à sua atuação, aparece com frequência nas notícias sobre excessos e violências cometidas pelos seus agentes, no exercício abusivo dos poderes em que são investidos. Em pedidos de informação feitos através da LAI sobre quantidades de infrações disciplinares atribuídas à Guarda Municipal, assim como sobre a descrição das ações de prevenção à violência promovidas pelo município, não obtivemos estas respostas.



# OS DITOS E NÃO-DITOS

Dos silêncios sorrateiros se enuncia o racismo institucional relacionado ao tratamento dos crimes de racismo, injúria racial e intolerância religiosa, que aparecem timidamente no monitoramento das notícias, e sequer estão nos dados disponibilizados pela SSP/BA. Segundo o aplicativo *Mapa do Racismo*, criado pelo Ministério Público da Bahia – MP/BA, em 2020, o órgão recebeu 57 denúncias de racismo, 25 de injúria racial e 53 de intolerância religiosa. Nas delegacias é comum os relatos de embaraço ao efetuar o registro de ocorrências com as tipificações ligadas a essas violências, havendo constante descaracterização dos fatos pelas autoridades policiais, quando não a própria negativa em efetuar o registro.

Em contraposição ao controle social operacionalizado pelas instituições criminais, as áreas que foram mais noticiadas, apresentam perfis de vulnerabilidade social em que o Estado não atua satisfatoriamente a partir de suas demais instituições/órgãos.

Com base em dados públicos abertos e/ou solicitados via LAI, a Iniciativa Negra fez um levantamento de equipamentos públicos de Salvador. Na análise fica visível que há uma concentração de equipa-

mentos públicos de cultura na região central da cidade. Embora seja uma localidade que tem acesso amplo de cidadãs e cidadãos sotoperitanos, assim como de um público turístico, essa concentração implica em limitação de acesso a atividades de lazer e artes, porque demanda um deslocamento grande de residentes de algumas regiões da cidade, o que encarece o acesso e fruição destes equipamentos e seus respectivos serviços.

Essa concentração se apresenta ainda mais danosa quando analisamos o panorama geral da cidade e identificamos que **apenas 2 regiões possuem mais de 1 equipamento público de cultura**. A saber, as AISPs 01 Barris (04) e 14 Barra (03). Há regiões que não contam com nenhum equipamento público: Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima, Liberdade, São Caetano, Rio Vermelho, Cajazeiras, Nordeste de Amaralina, Pituba e Valéria. Devido ao critério territorial adotado pela pesquisa, não foram tabulados os equipamentos presentes nos seguintes bairros: Baixa do Sapateiros, Barroquinha, Centro Histórico, Gamboa, Baixa de Quintas, que possuem 1 equipamento cultural cada; Campo Grande e Pelourinho, que possuem, respectivamente, 3 e 9 equipamentos. Vale destacar que estes bairros ficam justamente nas proximidades das AISPs Barris e Barra.



Ainda, ao analisar o quantitativo de escolas públicas por região, não se apresenta um panorama acerca do atendimento satisfatório das populações de suas respectivas regiões. Uma vez que não é possível verificar o número de estudantes que cada equipamento suporta ou mesmo comparar com a proporção da população que está em idade escolar.

Os dados referentes à saúde são difusos e sem maiores detalhamentos, o que também dificulta a compreensão do alcance e qualidade de atendimento da população. O município tem uma multiplicidade de equipamentos de saúde e o que se nota a partir dos dados abertos é que eles não estão presentes em todas as regiões da cidade, exigindo deslocamentos da população para buscar atendimentos especializados. Não foram apresentadas respostas para as solicitações feitas a partir da LAI. Na análise do que foi disponibilizado, conseguimos identificar que os bairros com maior número de notícias sobre violência sofrem com a baixa cobertura de equipamentos e políticas públicas.

Referente à divulgação de dados oficiais, inconsistências e lacunas não são observadas somente no poder público municipal de Salvador. O poder estadual apresenta maior quantidade de dados abertos, no entanto, não há uma conciliação das metodologias, ao menos no que diz respeito à subdivisão/organização da cidade. Sobre estes dados, portanto, o que mais devemos nos atentar é aos não-ditos: tanto o ato de não dizer, quanto o próprio conteúdo que deixa de ser dito.

Em relação aos poucos dados disponíveis, a discrepância nas metodologias de produção e apresentação dificulta, quando não impede, o cruzamento entre eles. A forma de organizar a cidade ou, ao menos, de visualizá-la muda de acordo com as instituições que as façam. A SSP divide o Estado/Município em Áreas Integradas de Segurança Pública alinhadas com a distribuição das Companhias Independentes da Polícia Militar – CIPM. Já a Secretaria de Educação não disponibiliza planilhas e sim o acesso individualizado por escolas no sítio virtual do Conselho de Educação e não oferece informações atinentes à cor/raça dos estudantes nem dos professores.

# O QUE DIZEM AS ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS

Visando mapear a percepção de ativistas locais acerca de elementos de vulnerabilidade; relação entre violência e racialidade; política de drogas/segurança pública; violência policial, mídia e os bairros de Salvador em que atuam, foram feitas 13 entrevistas com 9 mulheres e 4 homens que atuam em bairros de Salvador que tem o fator violência apontado com maior incidência.

Nuvem de palavras com pontos de insistência no discurso das pessoas entrevistadas:



A violência aparece como uma organizadora da vida da população negra soteropolitana e o acesso a políticas públicas de saúde, educação e cultura aparecem nas narrativas das lideranças entrevistadas sempre com reticências. Embora reconheçam que só há

possibilidade de reverter o cenário da violência através da democratização da garantia de direitos, também se reconheceu que esse acesso não é realizado na atual conjuntura. Em contraposição ao controle social operacionalizado pelas instituições criminais, as áreas que foram mais noticiadas apresentam perfis de vulnerabilidade social em que o Estado não atua satisfatoriamente a partir de suas demais instituições/órgãos.

Vários motivos foram relacionados para apontar as polícias como a principal fonte de sensação de insegurança da população negra. A começar pela insuficiência no trato das violências em geral, mas, sobretudo, pela instituição frequentemente fazer incursões violentas e gerar a estigmatização de territórios com maior presença negra.

Uma segunda evidência é que essa violência estatal mencionada é a mais flagrante, mas que a falta ou insuficiência de políticas públicas nas áreas da saúde, educação, cultura, trabalho e renda são outras formas de violência que perpassam o cenário geral de organização da cidade. A entrevistada Valéria<sup>6</sup> chega a afirmar que a violência é a própria falta de dignidade com que alguns sujeitos e territórios são tratados e completa:



*Uma das coisas que temos é a crescente no mundo do tráfico na comunidade. Um tráfico que não é tráfico. São pessoas passadoras dessas drogas, pois quem é traficante não está dentro da comunidade... e assaltos e roubos. E a comunidade não tem as políticas públicas que deveriam ter, muitos dos nossos se colocam disponíveis dentro desse espaço de violência, em que eles também dentro da comunidade sofriam alguns ataques e a Polícia Militar que é a única política pública do Estado que chega diariamente. De uma maneira que não é pra dar segurança e prevenir nada, é simplesmente vindo contra os nossos corpos.”*

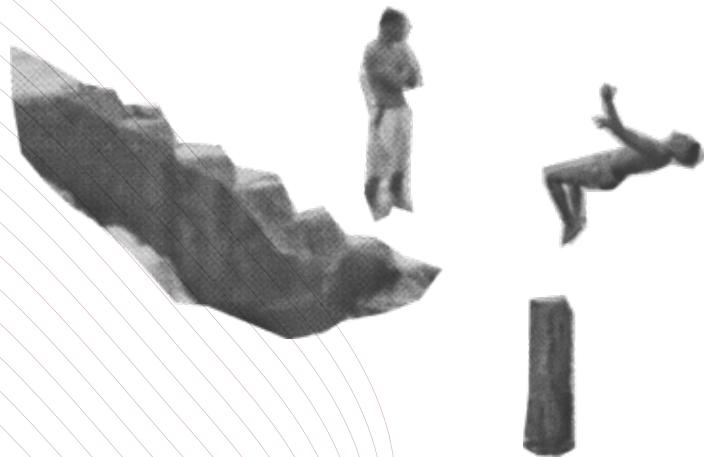
---

5. Nome fictício. Visando resguardar o anonimato das pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa, conforme já mencionado ao longo do relatório, as identidades dos/as entrevistados/as (nomes e organizações em que atuam) foram substituídos/as por nomes de personalidades negras conhecidas do grande público ou apenas em suas comunidades, igualmente representativas da resistência vivificada nos diferentes territórios negros no Brasil.

Outra entrevistada, Lúcia, entende que há uma naturalização da violência a partir da excessiva veiculação desse tipo de notícia nas mídias hegemônicas. Para ela, “as cenas que são vistas em um dia, chocam, assustam, geram sentimento de revolta e no dia seguinte já estão esquecidas”, gerando um ciclo infindo de contato com essas imagens e informações de modo que as tornam parte da rotina.

Um ponto que aparece em muitas entrevistas é a falta de contranarrativas midiáticas e a visibilização das ações de inclusão social e promoção dos direitos humanos feitas pela própria comunidade e por movimentos sociais organizados para o preenchimento de lacunas político-econômico-sociais deixadas pelo Estado.

São justamente as comunidades vulnerabilizadas que, no cotidiano desta cidade negra chamada Salvador, (re)inventam lugares de produção de sentido; promovem solidariedade e apoio mútuo; disputam, dia a dia, o significado em torno das palavras vida, liberdade e cidadania. Comunidades que se reúnem para exigir os direitos fundamentais que sabem que possuem, que protegem os jovens vizinhos negros da truculência policial, que alimentam as redes de reconhecimento coletivo e que também protestam contra a violência cotidiana do Estado.





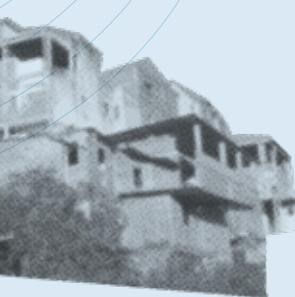
# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa **Mesmo que me negue sou parte de você: Racialidade, territorialidade e (r)existência em Salvador** evidencia como a política de segurança pública organizada em torno da chamada “guerra às drogas” e a escassez de políticas públicas efetivas em áreas como Educação, Saúde e Cultura refletem em territórios negros da capital baiana. A pesquisa traz dados de fatos que há décadas ativistas e organizações negras vêm denunciando.

Ser a cidade mais negra fora do continente africano não impediu que as populações negras soteropolitanas passassem por um processo de criminalização, apagamento e negação de direitos que se estende até os tempos atuais. A negação da cidadania negra perpassa pelas interdições ao direito à cidade, à dignidade e à vida. Por um lado, a pesquisa mostra a criminalização de territórios negros, e por outro, o favorecimento de territórios brancos, com a manutenção da sua intocabilidade, no que diz respeito ao baixo controle repressivo e baixo exercício de violência estatal. Por isso, a análise dos dados sobre violência deve ser relacionada com as configurações de vulnerabilidade sociorracial.

Depois de uma análise aprofundada sobre aparições na mídia, violências e vulnerabilidades de territórios negros e percepções de lideranças locais, a pesquisa traz recomendações que visam enfrentar de forma propositiva as problemáticas sofridas pelas comunidades negras soteropolitanas.

# RECOMENDAÇÕES

- 
- 1.** Incentivar junto ao legislativo a criação da **Lei Estadual de Acesso à Informação na Segurança Pública**, publicando (1) relatório sobre uso da força, contendo pelo menos o número de disparos de armas letais e não letais efetuados por unidade; (2) relatório de letalidade policial, com o resumo dos dados sobre número de ocorrências registradas envolvendo mortes decorrentes de intervenção policial, dos laudos periciais, dos inquéritos abertos, e das recomendações sobre qualificações nos processos de treinamento para reduzir a letalidade policial; (3) relatório sobre Policiais Mortos, com o resumo dos principais dados dos laudos periciais e das recomendações sobre qualificações nos processos de treinamento para reduzir o número de policiais mortos; (4) relatório dos principais indicadores de criminalidade, por unidade operacional, por município, com ênfase no monitoramento das mortes violentas intencionais, em especial, homicídios dolosos; roubos seguidos de morte; lesões corporais seguidas de morte; mortes decorrente de intervenção policial em serviço e fora de serviço; policiais mortos em serviço e fora de serviço; homicídios praticados por profissionais das instituições de segurança pública previstas no Artigo 144 da CF; das mortes a esclarecer ou suspeitas e os registros dos demais crimes e ocorrências previstas em lei;
  - 2.** Estabelecimento de um **protocolo de padronização dos dados e informações gerais sobre a segurança pública**, criado a partir de um fórum intersetorial, com o apoio de universidades e organizações da sociedade civil, bem como uma política de disponibilização pública e transparentes dos dados;
  - 3.** Promover o **aperfeiçoamento institucional dos órgãos da administração pública**, buscando (1) efetivar medidas de enfrentamento à violência, desenvolvendo programas setoriais e intersetoriais destinados à prioridade de atendimento das necessidades específicas das populações afetadas pela violência; (2) adotar es-

tratégias de articulação entre órgãos públicos, entidades privadas, com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação de parcerias para a execução das políticas de enfrentamento aos homicídios de jovens negros e negras;

## 4

**• Criação das Ouvidorias Externas das Polícias Militar e Civil do Estado da Bahia**, que permitam (1) prevenir violações de direitos humanos por parte de agentes das forças de segurança pública, civil e militar; (2) permitir a participação da sociedade civil e agentes externos no acompanhamento de casos de violações de direitos humanos; (3) organizar informações e indicadores de avaliação para o aperfeiçoamento das políticas públicas; (4) promover a formação de corpo técnico qualificado para atuação em casos de violação de direitos humanos por parte de agentes das forças de segurança pública, civil e militar;

## 5

**• Garantir a participação paritária da Sociedade Civil no Conselho Estadual de Segurança Pública**, (1) garantindo a regularidade da realização de Conferências Estaduais e Territoriais de Segurança Pública; e (2) promovendo a reativação/criação dos conselhos comunitários por cada Área Integrada de Segurança Pública - AISP onde não tenha ou esteja desativado.

## 6

**• Eliminação efetiva dos homicídios justificados pela oposição à intervenção policial (os chamados autos de resistência)**, com (1) abertura obrigatória de inquérito para a investigação do crime de homicídio causado por agente público das forças de segurança, (2) e comunicação imediata da ocorrência de crime aos órgãos periciais, (3) com a participação do Ministério Público e do Poder Judiciário, (4) garantindo que as vítimas ou seu representante legal indique assistente técnico para acompanhar o exame de corpo de delito, no intuito de dar transparência a todo o processo e assegurar a participação do ofendido no procedimento investigativo.



**7.**

Construção do **Plano Estadual de Redução de Homicídios** com (1) estabelecimento de metas de redução de mortes a partir do curto prazo; (2) observação da prioridade da atuação com o segmento populacional jovem, entre 12 e 29 anos, negras/os; (3) construção de iniciativas articuladas e intersetoriais (justiça, educação, saúde, polícia, etc.); (4) priorização de investimentos de esforços e recursos em territórios selecionados com taxas maiores de violência;

**8.**

Criação da **Política Estadual de Controle de Armas** no intuito de permitir a partir da cooperação entre poder executivo, poder legislativo e poder judiciário, prevenir, combater e erradicar o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, bem como permitir acesso à informações balísticas de forma mais qualificada;

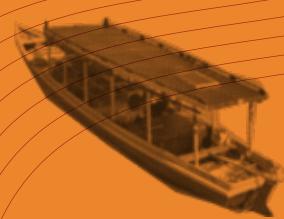
**9.**

Criação do **Gabinetes de Gestão da Segurança Integrada** nos Municípios, como fórum deliberativo e executivo, com o objetivo de integrar os poderes municipais, e órgãos atuantes na área de assistência social, direitos humanos, juventude, com os mecanismos estaduais de segurança pública, justiça criminal e sistema prisional.

# REFERÊNCIAS

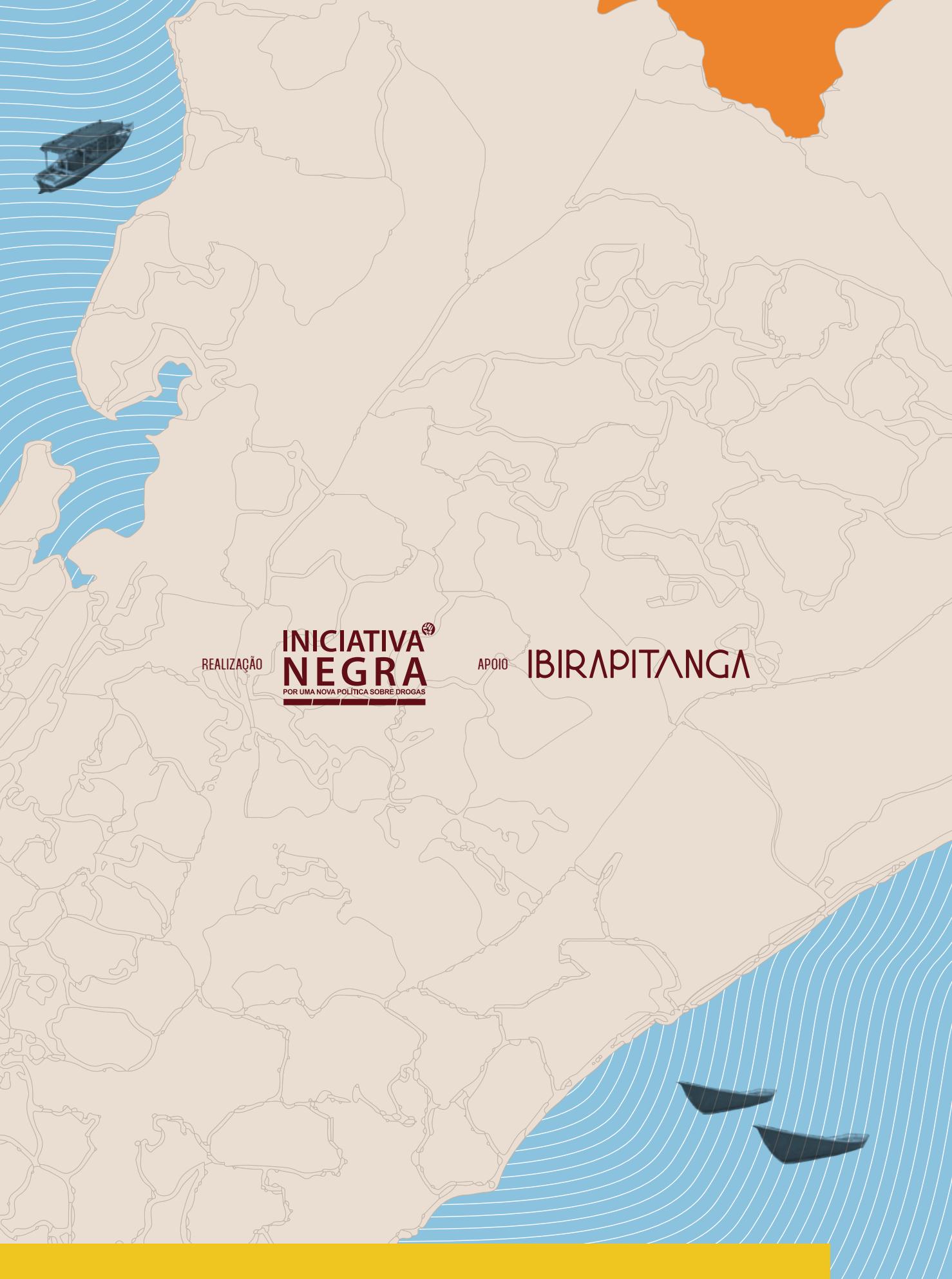
Este material apresenta os principais resultados da pesquisa “Mesmo que me negue sou parte de você: Racialidade, territorialidade e (r)existência em Salvador”. Acesse o relatório completo em:

**[iniciativanegra.org.br/mesmo-que-me-negue-sou-parte-de-voce](http://iniciativanegra.org.br/mesmo-que-me-negue-sou-parte-de-voce)**



## A INICIATIVA NEGRA

É a primeira organização negra da sociedade civil que atua na construção de uma agenda de justiça racial e econômica a partir da reforma da política de drogas. A partir do tripé pesquisa, comunicação e articulação política, promove ações de advocacy em direitos humanos e políticas sobre drogas, atuando em âmbito nacional e regional nas agendas de Segurança Pública, Sistema de Justiça e Saúde Pública.



REALIZAÇÃO

**INICIATIVA<sup>®</sup>  
NEGRA**  
POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS

APOIO

**IBIRAPITANGA**